



Director: João Teives • Director Editorial: Jorge Fiel • Mensal • Ano 1 • N.º 9 • Dezembro de 2010 • 15 euros

advocatus

www.advocatus.pt

o novo agregador da advocacia



Noronha Nascimento,
presidente do Supremo Tribunal de Justiça

“Sou a favor de indemnizações punitivas”

Pág. 34



6 Soares Machado, sócio da SRS Código foi um monumento

O sócio de Contencioso da SRS defende o Código de Processo Civil. “Não sou muito adepto de posições radicais, de se achar que o Código deve ir todo para o lixo e que o professor Alberto dos Reis deve ser crucificado. Acho que ele foi um génio no seu tempo e fez um código que foi um monumento na época”



10 Um advogado é cauteloso

“Um advogado, à conta da sua formação, encara os desafios, acautelando sempre o que pode não correr bem”, afirma Raul Lufinha, o jurista que desempenha as funções de secretário-geral e *investor relations* da Glintt, que critica os economistas por fazerem previsões que nunca acontecem



28 Consumo logo existo

Os direitos do consumidor vistos à lupa por um painel de especialistas: Cláudia Trabuço (professora da Nova e consultora da PLMJ), Maria Cristina Portugal (Sternberg, Galamba, Portugal & Associados), Adelaide Menezes Leitão (professora da FDUL) e José António Rousseau (professor IPAM e IADE)

o nosso maior
compromisso
é consigo

Contacte-nos através do seu Mediador, visite-nos num Espaço AXA ou ligue 707 218 218, todos os dias úteis, das 8h30 às 19h00.

redefinimos / standards



Entrevista

www.advocatus.pt

Tatiana Canas
jornalista
tc@briefing.pt



José Carlos Soares Machado, sócio de Contencioso da SRS “Código tem as costas largas”

“O Código do Processo Civil tem as costas muito largas, muito largas. As pessoas têm a ideia, completamente errada, de que os processos se atrasam e a Justiça é morosa, por isso há que deitar o Código ao lixo e fazer outro”, afirma José Carlos Soares Machado, 56 anos, que seguiu advocacia porque gostava de ser o último a falar, um homem de causas a quem a política deixou com um travo amargo na boca



Ramon de Melo

Advocatus | Seguir Direito foi uma tradição familiar ou uma vocação?

José Carlos Soares Machado | Foi um pouco de cada, porque a tradição familiar no Direito não é muito forte. Existe apenas a nível colateral: tinha um tio advogado. Mas foi mais vocação, desde miúdo que ouvia o meu pai dizer que havia de seguir esta profissão, porque tinha sempre de ter a última palavra em qualquer assunto. Em termos disciplinares, sempre gostei muito de História, e isso reflecte-se nos tempos livres (ver caixa), mas não queria ser professor, portanto, acabei por seguir Direito.

“Fui fundador da JSD e membro do seu primeiro Secretariado Nacional. Foi uma experiência muito interessante do ponto de vista humano porque tudo acontecia a uma velocidade alucinante, e era preciso estar constantemente a tomar posições”

Advocatus | Teve um percurso rico e variado até fundar o seu escritório de prática. Que benefícios lhe trouxe essa vivência para a advocacia?

JCSM | Fui fundador da JSD e membro do seu primeiro Secretariado Nacional. Foi uma experiência muito interessante, do ponto de vista humano porque tudo acontecia a uma velocidade alucinante, e era preciso estar constantemente a tomar posições. Era uma época em que ser dirigente político era complicado. Saí aquando da “dissidência de Aveiro” com um grupo de militantes, e fi-lo com grande desencanto pela política, no final dos anos 70.



Advocatus | O que o desiludiu na política?

JCSM | Talvez estivesse relacionado com uma certa ingenuidade da minha parte, mas verifiquei que na política não se jogava, a maior parte das vezes, com armas legais. Os meus princípios éticos não funcionavam ali, tudo se decidia mais em questões de bastidores e jogadas.

Advocatus | O que se seguiu?

JCSM | Uma das pessoas com quem tinha uma relação mais estreita dentro do partido, Jorge Sá Borges, o principal secretário-geral adjunto de Francisco Sá Carneiro, foi o meu patrono na advocacia e uma referência para mim. No V Governo Constitucional, fui chefe de gabinete dele, quando foi ministro do Trabalho (1979), ao que se seguiu um convite para ser secretário-geral da Santa Casa da Misericórdia (1980), o que me trouxe a prática de gerir uma instituição pública.

Advocatus | Como concertava a carreira de gestor com a advocacia?

JCSM | Nessa altura já tinha um pequeno escritório de advocacia na Baixa que mantive, apesar do volume de trabalho ainda ser escasso. A minha vida teve muitas situações que não planeei, como o convite que nesta época surgiu para gerir um grupo privado de empresas. Durante cinco anos, fiz ainda a assessoria jurídica do Contencioso no Ministério dos Assuntos Sociais, a convite de Maria dos Prazeres Beleza. Interrompi a advocacia durante pouco tempo e, quando retomei, por coincidência, foi mesmo aqui ao lado [na Rua da Artilharia 1]. Em suma, enquanto os anos 70 se caracterizaram por uma vertente mais política, a primeira metade dos anos 80 ficou marcada pelo desempenho de cargos de gestão pública e privada, com a advocacia a despontar na segunda metade dos anos 80, e em pleno daí até então.

“Enquanto os anos 70 se caracterizaram por uma vertente mais política, a primeira metade dos anos 80 ficou marcada pelo desempenho de cargos de gestão pública e privada, com a advocacia a despontar na segunda metade dos anos 80, e em pleno daí até então”

“Internamente, não tenho memória histórica de uma época em que tenha havido tamanho desentendimento entre os vários órgãos da Ordem, o que enfraquece a instituição. Do ponto de vista externo, não me revejo, de todo, na forma de intervenção de Marinho e Pinto, porque muitas vezes dispara tiros para todos os lados, independentemente do alvo, e muitas vezes acerta em pessoas erradas”

Advocatus | Se voltasse atrás, repetia exactamente o mesmo percurso?

JCSM | Francamente, sim. Passar por todas estas realidades dá-nos uma perspectiva e uma experiência de vida que é difícil para quem só tenha seguido advocacia a vida inteira. Senti muito isso quando estive na Ordem, relativamente a outros colegas que não tinham essa componente de gestão.

Advocatus | Já desempenhou vários cargos também na Ordem, quer no Conselho Geral, como no Conselho Distrital de Lisboa, e até já se candidatou a bastonário. O que acha que esta deve representar socialmente?

JCSM | A Ordem tem duas vertentes, ambas importantes e muito diferentes, sendo a primeira virada para dentro. A Ordem é a instituição a quem o Estado delega os poderes para dirigir a profissão. Assim, é fundamental que a Ordem desempenhe bem esta tarefa, ou a classe será comandada por uma direcção-geral qualquer, o que seria desastroso, do meu ponto de vista. O outro prisma é exterior. Pelo prestígio que a profissão ganhou, uma vez que a própria Constituição o consagra, a Ordem deve dignificar a advocacia e defender publicamente posições de intervenção, nas questões da Justiça.

Advocatus | Num momento de transição na Ordem como este, qual é o balanço que faz do último triénio?

JCSM | Marinho e Pinto não fez um bom trabalho em nenhum dos planos que referi. A forma como ele coloca as questões é a característica que o prejudica. Muitas vezes, a pessoa tem razão, mas perde-a devido à forma como age, e isso sucede com ele. Internamente, não tenho memória histórica de uma época em que tenha havido tamanho desentendimento entre os vários órgãos da Ordem, o que enfraquece a instituição. Do ponto de vista externo, não me revejo, de todo, na forma de intervenção de Marinho e Pinto, porque muitas vezes dispara tiros para todos os

lados, independentemente do alvo, e muitas vezes acerta em pessoas erradas. É uma pessoa fracturante, do ponto de vista interno, e emotivo, do ponto de vista externo.

Advocatus | O que seria então desejável para a Ordem?

JCSM | É absolutamente necessária uma pacificação interna. A nível externo, e como interlocutor com o poder político e restantes entidades do mundo da Justiça, o bastonário precisa de transmitir o prestígio que a Ordem merece. Em 1998, defendi isso na minha candidatura a líder dos advogados, e entendo que o meu concorrente [António Pires de Lima] perdeu muitas oportunidades de conseguir coisas positivas para a profissão, porque a sua agressividade no diálogo com o Ministério da Justiça era tamanha que, mesmo que tivesse razão em algumas questões, era muito difícil chegar a conclusões. A Ordem não tem qualquer poder político, apenas pode influenciá-lo, e não se influencia alguém à granada, a menos que se pretenda matá-lo!

Advocatus | Voltando à advocacia, porque resolveu integrar a Sociedade Rebelo de Sousa (SRS), ao fim de quase 20 anos de um projecto próprio?

JCSM | A Soares Machado & Associados foi um projecto que nasceu em 1990, quando achei que precisava de dar um passo em frente. Tinha um escritório tradicional, de prática individual, e achei que era o momento de criar uma sociedade. Para isso, juntámos alguns advogados com uma experiência de vida e prática profissional semelhante. Mas nunca tivemos um projecto de grande crescimento, o perfil mantido era o de *boutique*, ou seja, estávamos muito virados para nichos de mercado específicos.

Advocatus | Que áreas de prática cobriam?

JCSM | Resolução de litígios em quase todas as áreas, e depois fomos desenvolvendo ramos em que os clientes precisavam mais

>>>



"Hoje, mais do que nunca, o Contencioso faz parte da advocacia. É impensável existir advocacia sem Contencioso. Em qualquer escritório é fundamental haver uma boa equipa deste ramo a trabalhar transversalmente"

>>>

de assessoria, como Imobiliário e Construção, Societário e Comercial e Sucessões.

Advocatus | Tendo começado com quatro sócios (1991), quantas pessoas reuniam nesta fase?
JCSM | Nunca variámos muito entre os 10 e os 20 colaboradores.

Advocatus | Que vantagens viu na fusão com a SRS?

JCSM | Um dia estava a conversar com o Dr. Pedro Rebelo de Sousa e chegámos à conclusão de que parecia haver uma complementaridade. As áreas em que na SRS havia mais necessidade de reforço eram precisamente aquelas em que nós tínhamos mais experiência. Pela parte da Soares Machado, havia áreas em que tínhamos de pedir recurso a consultores externos. Assim, a fusão pareceu-nos tão evidente, que decidimos encetar conversações.

Advocatus | E quais são as suas perspectivas com esta fusão?

JCSM | Estou convencido de que vai ser um sucesso. Esta fase inicial passou-se muito bem, sobre todos os pontos de vista, todas as questões que foram surgindo resolveram-se com o maior bom senso e, portanto, penso que as sinergias que provêm desta conjugação vão ser muito positivas.

Advocatus | Como se concertaram as duas equipas, já que a SRS também tinha Contencioso?

JCSM | Já conhecia algumas pessoas, até por já ter trabalhado com elas como parte contrária. São especialistas com qualidade técnica e humana, portanto estão reunidos os requisitos para que fiquemos com um dos maiores departamentos de Contencioso, Cível, Económico e Comercial, de Lisboa.

Advocatus | Num raio-X da equipa, como está constituído?

JCSM | Só a partir do dia 1 Janeiro é que ficará na sua versão definitiva. A equipa contará então com 20 advogados em Lisboa e Porto.

Eu serei o sócio, haverá quatro coordenadores e quatro *managing associates*.

Advocatus | Qual o papel do Contencioso na SRS?

JCSM | Hoje, mais do que nunca, o Contencioso faz parte da advocacia. É impensável existir advocacia sem Contencioso. Em qualquer escritório, é fundamental haver uma boa equipa deste ramo a trabalhar transversalmente.

Advocatus | Sente que o recurso à Arbitragem também está a aumentar?

JCSM | Depende. Por um lado, a arbitragem é uma boa alternativa para casos de valor elevado; para os processos mais pequenos, não é usual, porque não é barata. É claro que este método tem a vantagem de não seguir à risca o Código de Processo Civil (CPP), se é que isso é uma vantagem...

Advocatus | Como assim?

JCSM | Não sou muito adepto dessas posições mais radicais, de se achar que o CPP deve ir todo para o lixo e que o professor Alberto dos

Reis devia ser crucificado. Acho que ele foi um génio no seu tempo e fez um código que foi um monumento na época.

Advocatus | Mas reconhece que tem pontos em que precisa de ser actualizado?

JCSM | O CPP tem as costas muito largas, muito largas. As pessoas têm a ideia, completamente errada, de que os processos se atrasam e a Justiça é morosa, por isso há que deitar o código para o lixo e fazer outro. Ora, quem está no campo sabe perfeitamente que, na esmagadora maioria das situações em que as coisas param, isto tem que ver com falhas de gestão.

Advocatus | Voltamos à importância que a Gestão tem no Direito, de que falava há pouco...

JCSM | Sempre defendi que na Justiça era preciso um gestor de tribunal profissionalizado. Um magistrado não tem vocação para organizar tempos, nem circuitos administrativos de processos num tribunal. Não é o código que tem a culpa disso.

PERFIL

Escritor e prémio Stomp

O advogado Soares Machado é casado e pai de dois filhos. O mais novo seguiu-lhe as pisadas, embora o pai garanta que não o influenciou, "pelo menos, conscientemente". Mas não consegue esconder a satisfação de ter uma versão sua "corrigida e aumentada" a seguir a mesma profissão. Optimista e determinado, "uma boa dose de agressividade controlada" é a sua fórmula para a boa advocacia. Nos tempos livres, é um leitor compulsivo e aprecia vários tipos de música, desde a ópera que tem a tocar no carro, até às bandas mais emblemáticas dos anos 70, como os Pink Floyd, Genesis, Beatles ou Simon & Garfunkel. Sportinguista inveterado, uma herança dos tempos em que foi vice-presidente do clube (1989-1993), foi galardoado com o prémio *Stomp* como reconhecimento do seu trabalho. Para dar continuidade à paixão pela História, Soares Machado dedicou-se ao estudo das linhagens, sendo presidente da Associação Portuguesa de Genealogia. Com vários títulos publicados, recebeu um prémio nacional (2004) com a obra *Os Braganças, História Genealógica de uma linhagem medieval*, um trabalho que lhe levou uma década a concluir.